

## TERMO DE CONTRATO

**LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 021/SUB-SB/2020.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO (SEI) Nº: 6061.2020/0001394-1**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS**

**OBJETO: REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, PLAYGROUND E QUADRA DE ESPORTES - LOCALIZADO NA RUA BATISTA FERGUSIO, ALTURA DO Nº 500 - VILA CARDOSO FRANCO - SAPOPEMBA – SÃO PAULO – SP.**

**TERMO DE CONTRATO Nº 32/SB-SUB/2020**

**CONTRATANTE: SUBPREFEITURA SAPOPEMBA**

**CONTRATADA: POLOSUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI**

**DOTAÇÃO: 72.10.15.451.3022.1170.4.4.90.39.00.00**

**NOTA DE EMPENHO: 98.028/2020**

**PRAZO: 30 (trinta) dias corridos contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (O.S.).**




Aos 30 dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte, a **Subprefeitura Sapopemba**, neste ato representada pelo, **Sr. SUBPREFEITO AUTORIZA**, conforme despacho proferido sob SEI **036125659**, do processo em epígrafe, a empresa **POLOSUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 07.761.443/0001-44, com sede na Rua Cipriano Barata, 3.293 – Ipiranga – São Paulo / SP, CEP.: 04205-002 – Fone: (11) 2201-1406 – e-mail: [polosulengenharia@terra.com.br](mailto:polosulengenharia@terra.com.br), neste ato por seu representante legal, conforme documento comprobatório, a prestar os serviços que integram o OBJETO abaixo discriminado de acordo com as cláusulas que seguem:

**OBJETO: REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, PLAYGROUND E QUADRA DE ESPORTES - LOCALIZADO NA RUA BATISTA FERGUSIO, ALTURA DO Nº 500 - VILA CARDOSO FRANCO - SAPOPEMBA – SÃO PAULO – SP.**

### **II - DO REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR E DOTAÇÃO.**

2.1 - Os serviços serão executados no regime de empreitada por preços unitários.

2.2 - O valor do ajuste importa em **R\$ 136.075,45** (cento e trinta e seis mil setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

2.3 - Para cobertura das despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados, onerando a dotação nº 72.10.15.451.3022.1170.4.4.90.39.00.00, através da Nota de Empenho nº **98.028/2020** no valor de R\$ 136.075,45 (cento e trinta e seis mil setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

### **III – DOS PREÇOS**

3.1 – Os preços unitários contratuais para execução do serviço objeto da presente, são os ofertados pela contratada na **Planilha de Composição de Custos Unitários – Anexo III**, do edital de licitação, parte integrante desta.

3.2 - Nesses preços estão incluídos todos os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios (B.D.I.), assim como os encargos sociais e trabalhistas (LST), e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação dos serviços objeto deste.

3.3 - Os serviços não constantes da Planilha de Composição de Custos Unitários – Anexo III do edital, e eventualmente necessários à conclusão do objeto contratual, existentes na Tabela de Custos Unitários de SIURB/EDIF, na data base de Julho de 2020, terão seus preços calculados pela aplicação ao custo da Tabela, do coeficiente resultante da divisão do valor total dos serviços proposto pela contratada, pelo valor total do Custo Básico orçado pela Prefeitura. Nesses preços estão abrangidas todas as taxas, bonificações, despesas diretas e indiretas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive despesas com medição, locação, placas indicativas das obras, placas de sinalização, ensaios qualitativos e quantitativos e quaisquer outras despesas necessárias para a realização do objeto contratado.

3.4 – Se o custo de um determinado serviço, necessário ao alcance do objeto, não constar da Planilha de Composição de Custos Unitários – **Anexo III**, nem da Tabela de Custos de SIURB, será remunerado pelo preço de mercado, e submetido previamente à aprovação do Senhor Prefeito da Subprefeitura Sapopemba.


3.5 – Não haverá reajuste de preços.

3.6 – Fica, todavia, ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais ou municipais sobre a matéria.

### **IV - PRAZOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 - O prazo total da contratação é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos serviços, podendo ser prorrogado, se for o caso nos termos do Art. 57, da Lei Federal 8666/93, no que for pertinente.

4.1.1- A contratada fica obrigada a aceitar pelos mesmos preços e mesmas condições



Handwritten signature



contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

4.2 – A data para início dos serviços será de: **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data fixada na Ordem de Início.

## **V - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - Mediante requerimento apresentado à Prefeitura pela contratada, será efetuada, após decurso do respectivo período de execução, a medição do serviço executado, desde que devidamente instruído com a documentação necessária à sua verificação.

5.2 - O valor da medição será apurado com base nas quantidades de serviços executados, aplicados os custos unitários contratuais, acrescidos do valor correspondente ao B.D.I. contratual. Este procedimento é válido para os serviços constantes da Planilha de Orçamento. Para os outros casos, proceder-se-á conforme previsto nos itens 3.3 e 3.4. deste Convite.

5.3 - O prazo de pagamento **será de 30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento do objeto do contrato.

5.4 - O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil S/A ou outro Banco que venha a ser indicado por S.F., ou ainda, excepcionalmente no Departamento do Tesouro, a critério da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, nos termos do Decreto n.º 51.197, publicado no D.O.C. do dia 22 de Janeiro de 2010.

5.5 - Não haverá atualizações ou compensações financeiras.

5.6 - Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

5.7 - Em face do disposto no Art. 71, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93, com a redação da Lei 9.032/95, serão observadas, por ocasião do pagamento, as disposições do Art. 31, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1.991, com a redação atual, e orientações vigentes expedidas pelo INSS e pela PMSP.

5.8 - Quando da solicitação do pagamento, a contratada deverá comprovar a regularidade fiscal resultante da execução do contrato, mediante a apresentação de cópias das últimas guias de recolhimento do ISS, acompanhada de declaração em que ateste a correspondência entre a guia apresentada e o objeto contratual, ou de declaração de que não está sujeita ao pagamento do Tributo, nos termos da Portaria SF 71/97.

5.9 – Por ocasião da medição final e a critério da fiscalização, quando couber, a Contratada deverá apresentar 02 (duas) vias das plantas do “AS BUILT” em formato A0 ou A1, devendo

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

uma via ser anexada ao processo, bem como o quadro resumo das suas quantidades.

## **VI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 - A Contratada deverá fornecer a seus funcionários e deles exigir o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos e outros.

6.2 - A Contratada ficará responsável, a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade das obras executadas e materiais utilizados.

6.3 - A contratada obriga-se a executar os serviços com mão - de - obra especializada e materiais de primeira linha, de forma a atender às normas técnicas.

6.4 - A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados.

6.5 - A Contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas indiretas.

6.6 - A Contratada deverá afastar ou substituir, dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que, por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

6.7 - A Contratada obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão se realizar em outros locais.

6.8 - A contratada assumirá integral responsabilidade pela boa e eficiente execução das obras e/ou serviços que deverão ser realizados, de acordo com o estabelecido nas normas da Carta – Convite, em especial do Memorial Descritivo constante do Anexo I, bem como demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e legislação em vigor, responsabilizando-se pelos danos decorrentes de sua realização.

6.9 - Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido nesta Carta-Convite e os que apresentem defeito de material ou vício de execução.

6.10 - Mandar proceder, por sua conta, aos ensaios, testes, laudos e demais provas estabelecidas em normas técnicas oficiais, sempre que solicitados pela PREFEITURA, para atestar a qualidade e as características dos materiais utilizados e das obras e/ou serviços executados.

6.11 - Assumir integral responsabilidade pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do Contrato.

*Junk*

*R*



## VII – PENALIDADES

7.1 - Além das sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a adjudicatária estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

7.1.1 - Multa pela recusa da Contratada em assinar o “Termo de Contrato” e/ou retirar “Nota de Empenho” e/ou “Ordem para Início dos Serviços” dentro do prazo estabelecido, ou com atraso, sem a devida justificativa aceita pela Prefeitura: 20,0% (vinte inteiros por cento), sobre o valor do ajuste, nos termos do Art. 81 da Lei 8666/93;

7.1.2 - Incide a mesma multa prevista no subitem anterior a adjudicatária que estiver impedida de assinar a “Ordem de Execução dos Serviços”, pela não apresentação de qualquer um dos documentos, mencionados nos itens 9.4.1. a 9.4.8;

7.1.3 - Multa por dia de atraso no término da execução dos serviços, conforme prazos estabelecidos: 0,5% (meio por cento), sobre o valor do ajuste, até o máximo de 10 (dez) dias. A partir desta data será considerado atraso como inexecução parcial;

7.1.4 - Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços: 1,0% (um inteiro por cento) por dia, sobre o valor do ajuste, até o máximo de 20 (vinte) dias. A partir desta data será considerada paralisação como inexecução parcial;

7.1.5 - Multa pelo descumprimento de cláusula contratual ou de especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo: 2,0% (dois inteiros por cento), sobre o valor do ajuste;

7.1.6 - Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela Fiscalização: 2,0% (dois inteiros por cento), sobre o valor do ajuste.

7.1.7 - Multa por inexecução parcial do ajuste: 20,0% (vinte inteiros por cento), sobre o valor da parcela não executada, ou sobre o valor da parcela executada com atraso superior a 10 (dez) dias e inferior a 60 (sessenta) dias. A partir desta data será considerado como inexecução total dos serviços.

7.1.8 - Multa por inexecução total do ajuste: 20,0 % (vinte inteiros por cento), sobre o seu valor.

7.2 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

7.3 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e, sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a contratada tenha a receber da PMSP. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a



*[Handwritten signature]*

processo judicial de execução fiscal.

### **VIII - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1 - Os serviços objeto desta contratação serão recebidos pela SUBPREFEITURA, consoante o disposto no artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

8.2- A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo servidor **GILBERTO DA SILVA**, RF.: 538.677.2 e **LUCIA HELENA DE FARIA**, RF.: 512.191.4 como suplente.

### **IX - DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 - Fica a contratada ciente de que a assinatura deste Contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nela constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como fato impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

9.2 - Para assinatura deste Termo de Contrato, a empresa apresentou os seguintes documentos:

9.2.1 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.2.2 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver relativo à sua sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3 - Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social – CND (Lei nº 11.184/92), com prazo de validade em vigor;

9.2.4 - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor;

9.2.5 - Certidão Negativa de débitos tributários mobiliários e imobiliários, relativas ao Município de São Paulo ou (caso não cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo) Declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento como contribuinte neste Município e de que nada deve à Fazenda Municipal de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários.

9.2.6 - Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços objeto da Ordem de Execução dos Serviços, e o preposto que a representará no local dos trabalhos;

9.2.7 - Cronograma físico - financeiro da execução dos serviços;

9.2.8 - Guia de recolhimento da ART, nos termos da resolução nº 307/86/CONFEA;

9.3 - Fica fazendo parte integrante do presente, a proposta sob SEI **036063998** e a Planilha de





Composição de Custos Unitários, o Edital da Licitação e seus anexos que a precedeu, bem como a Tabela de Custos Unitários de EDIF e o Caderno de Critérios Técnicos do Departamento de Edificações – EDIF/SSO.

9.4 - O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes, aplicáveis à sua execução e especialmente aos casos omissos.

9.4.1 - Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I da Lei 8.666/93, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

9.5 - A Prefeitura do Município de São Paulo se reserva o direito de executar através de outras contratadas, no mesmo local, obras ou serviços distintos dos abrangidos na presente Ordem de Execução dos Serviços.

9.6 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

9.7 - Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

9.8 - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, mandou o Sr. SUBPREFEITO que lavrasse o presente instrumento que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias de igual teor pelas partes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

**CHRISTIAN NIELSEN FARIA LOMBARDI**  
**SUBPREFEITO**  
**SUBPREFEITURA SAPOEMBA**

**POLOSUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**

Testemunhas:

1ª) \_\_\_\_\_

Nome: Rosária R. R. Oliveira  
RG.: RF: 530.046.1.01  
Cargo: Supervisora Adm -

2ª) \_\_\_\_\_

Nome: Maria de Lourdes M. Reis  
RG.: R.F 611.354.1.00  
Cargo: Assistente de Gestão de Políticas Públicas